



**Mercedes-Benz Financial Services Portugal –
Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**

Relatório e Contas

2021

ÍNDICE

Relatório de Gestão.....	3
---------------------------------	----------

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados.....	8
Demonstração do Rendimento Integral.....	9
Balanço.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	12

Notas às Demonstrações Financeiras.....	13
--	-----------

Anexos

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Política de Remunerações de Colaboradores

Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. A Empresa e a atividade em 2021

Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (doravante designada por MBFSP ou Sociedade) é detida pela Daimler Mobility AG (empresa detida pela Daimler AG). A Sociedade tem como objetivo ser a primeira escolha como fornecedor de serviços financeiros para os Concessionários e Clientes finais, exercendo atividades de Retalho (financiamento de veículos ao cliente final) e de financiamento de stock (financiamento aos Concessionários para o stock de viaturas e peças) de viaturas do importador das marcas Mercedes-Benz e smart do Grupo Mercedes-Benz em Portugal (Mercedes-Benz Portugal, S.A. – doravante designada por Marca). A MBFSP e a Marca promovem ações conjuntas de modo a oferecer a proposta mais competitiva no mercado para a aquisição e financiamento do veículo, garantindo que ambas alcançam objetivos comerciais e de rentabilidade definidos pelos acionistas, bem como a fidelização dos clientes às marcas Mercedes-Benz e smart.

O ano de 2020 foi profundamente marcado pela pandemia da doença COVID-19 em sequência da elevada transmissão do vírus SARS-CoV-2 por todo o globo. A pandemia evidenciou um forte impacto na economia da generalidade dos países do mundo, no quotidiano das suas populações e empresas, essencialmente fruto das medidas de contenção e mitigação da propagação do vírus, traduzindo-se numa quebra acentuada do consumo e produção em determinados sectores, nomeadamente nos do alojamento, da restauração, da cultura e dos transportes, com impacto direto no sector automóvel que se alastrou ainda ao ano de 2021.

Não obstante a situação macroeconómica gerada pela pandemia, no decurso de 2021, especialmente no 2º semestre do ano, o setor automóvel foi especialmente afetado pela crise mundialmente instalada pela falta de componentes eletrónicos, traduzindo-se numa expressiva quebra na produção de viaturas, o que não permitiu uma retoma do setor. Segundo dados da ACAP, o mercado de veículos ligeiros de passageiros assinalou uma tendência de estabilidade face a 2020, registando-se 147 mil novas unidades matriculadas durante o ano (2020: 145 mil unidades).

Em termos de *performance*, o importador da marca Mercedes-Benz registou uma redução de cerca de 17% no número de novas unidades matriculadas face ao período homólogo, potenciada pela baixa produção de viaturas. Este comportamento conduziu à redução da sua quota de mercado para 8,1% permitindo que a Mercedes-Benz continue a ser a marca *premium* mais vendida em Portugal pelo sétimo ano consecutivo. No que se refere à marca smart, o importador registou uma redução significativa de novas unidades matriculadas, em linha com a tendência em 2020, essencialmente devido ao seu posicionamento estratégico na comercialização de viaturas 100% elétricas.

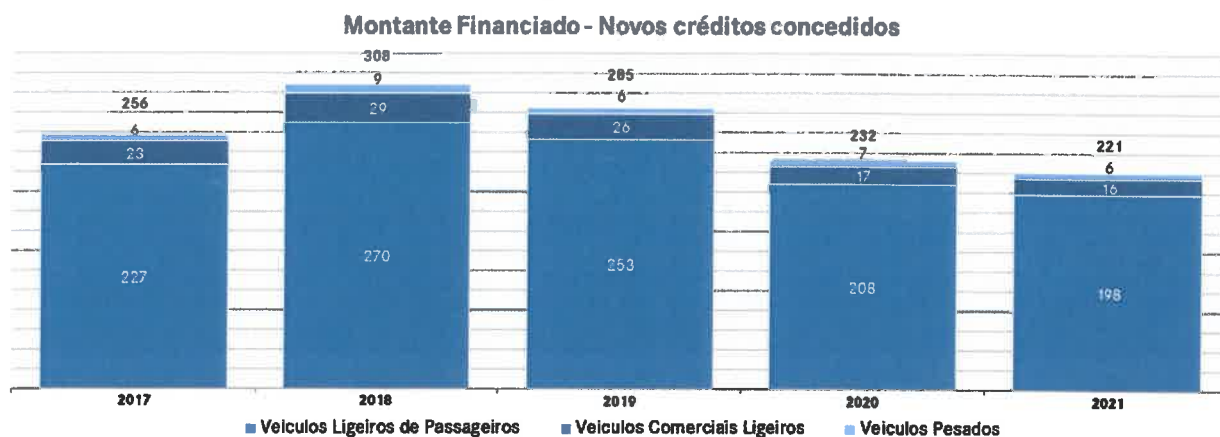
A taxa de penetração da Sociedade que traduz o número relativo de unidades novas financiadas face ao total de matrículas da marca, atingiu os 52,7% no segmento dos veículos ligeiros de passageiros que, apesar das condições macroeconómicas, observou um acréscimo de cerca 2,3%.

	2020				2021				Δ
	Mercado	Vendas Importador	Quota Mercado	Taxa de Penetração	Mercado	Vendas Importador	Quota Mercado	Taxa de Penetração	Var. Tx Penet.
Veículos Ligeiros de Passageiros	145 417	14 270	9,8%	50,5%	146 637	11 813	8,1%	52,7%	2,3%
Total	145 417	14 270	9,8%	50,5%	146 637	11 813	8,1%	52,7%	2,3%

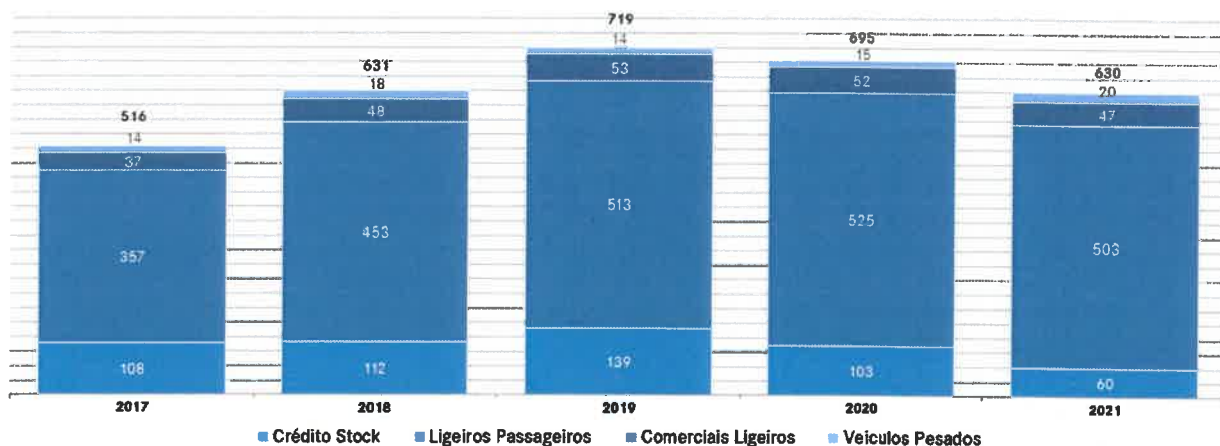
Nota: Taxa penetração conjunta com a Mercedes-Benz Aluguer de Veículos, Lda

O volume de novos créditos celebrados em 2021 ascendeu a cerca de 221 milhões de Euros, num total de 6.779 contratos, representando uma redução de 5,0% face ao ano transato.

Os veículos ligeiros de passageiros continuam a revelar-se o segmento de maior relevância no mercado e nas marcas Mercedes-Benz e smart, representando 90,0% do volume total financiado pela Sociedade – em linha com a tendência global, o volume neste segmento registou uma quebra de 4,7% face a 2020.



A 31 de dezembro de 2021 a sociedade apresentava uma carteira de crédito a clientes bruta de imparidade de 630 milhões de Euros – 9,4% de redução face a 2020. Segregando a carteira por linha de negócio, 90,5% dizem respeito à concessão de crédito automóvel a cliente final e os restantes 9,5% a crédito de stock – financiamento do stock de viaturas Mercedes-Benz e smart presente nos distribuidores autorizados da Marca – as variações face a 2019 foram de -4% e -42% respetivamente.



No que diz respeito aos desenvolvimentos de risco de crédito, em 2021 verificou-se um aumento no que concerne aos níveis de delinquência – o total de crédito em incumprimento há mais de 90 dias representa 0,8% do total da carteira de crédito, que se traduz num rácio positivo comparativamente ao mercado.

Fruto das medidas de contenção da pandemia de SARS-CoV-2, e no seguimento das diretrizes emanadas pela Autoridade Bancária Europeia (“EBA”), o governo português promoveu a criação de medidas excecionais de proteção ao crédito das famílias e empresas plasmadas no Decreto-Lei nº 10-J/2020, nomeadamente através da concessão de moratórias de reembolso de capital e pagamento de juros até ao passado dia 30 de setembro de 2021, data na qual

cessaram estas medidas de apoio. Ainda assim, no sentido de apoiar os seus clientes, a Sociedade tem-se demonstrado empenhada na busca de soluções de apoio excecionais de prevenção do incumprimento de empresas e famílias.

Foi dada continuidade à estratégia de desenvolvimento da Sociedade bem como à manutenção de recursos humanos e otimização de processos nas áreas vitais, nomeadamente aquelas que têm impacto direto na qualidade do serviço, tais como o atendimento ao cliente, rede de concessionário Mercedes-Benz / smart e análise de crédito. Foi ainda dado enfoque a diversos projetos com vista à melhoria do serviço prestado aos clientes bem como o aumento de eficiência operacional da empresa e mitigação de riscos operacionais

1. Perspetivas futuras

A Administração perspetiva um ano de 2022 com desafios no setor automóvel e no mercado financeiro fruto das consequências da pandemia da COVID-19 que ainda se fazem sentir no tecido económico, bem como pela perspetiva do cenário macroeconómico Europeu no próximo ano e à ainda instalada crise dos semicondutores. No entanto, a Administração encontra-se otimista na retoma económica portuguesa, focada no acompanhamento da marca e cliente e no crescimento sustentado da carteira por via da retoma do fornecimento da cadeia de produção automóvel.

2. Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o lucro do exercício de 9.982.693 Euros, deduzido do montante de 8.485.631 Euros destinado a dividendos e 998.269 Euros a reserva legal, sendo o restante levado à conta de resultados transitados.

3. Nota Final

O Conselho de Administração gostaria de expressar os seus agradecimentos aos seus Acionistas, Clientes, Parceiros de Negócio e em especial a todos os colaboradores que de forma empenhada se têm dedicado ao exercício das suas funções, bem como a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a consecução dos objetivos atingidos num ano que uma vez mais se revelou especialmente desafiante.

Abrunheira, 14 de março de 2022

A Administração





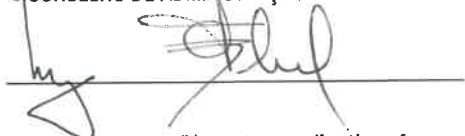
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos Resultados	Notas	2021 Euros	2020 Euros
Receitas de juros	3	22.428.533	23.528.518
Ativos financeiros pelo custo amortizado		22.001.712	23.247.312
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		552	875
Derivados - Contabilidade de cobertura, risco de taxa de juro		426.269	280.331
Despesas com juros	3	(1.938.451)	(2.269.695)
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		(1.583.452)	(1.999.713)
Derivados - Contabilidade de cobertura, risco de taxa de juro		(354.999)	(269.982)
Receitas de taxas e comissões	4	2.354.962	2.810.828
Despesas com taxas e comissões	4	(653.363)	(558.439)
Outras receitas operacionais	5	3.599.206	3.598.516
Ganhos ou perdas (-) com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	6	139.783	(11.640)
Outras despesas operacionais	7	(2.075.098)	(1.253.437)
RECEITAS OPERACIONAIS TOTAIS		23.855.572	25.844.651
Despesas administrativas		(10.447.751)	(9.149.685)
Despesas de pessoal	8	(4.646.918)	(4.120.458)
Outras despesas administrativas	9	(5.800.833)	(5.029.226)
Depreciação	10	(65.898)	(91.724)
Ativos fixos tangíveis		(65.898)	(91.724)
Provisões ou reversão de provisões	11	36.013	48.126
Outras provisões		36.013	48.126
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	12	(499.840)	1.442.523
Ativos financeiros pelo custo amortizado		(499.840)	1.442.523
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros	13	-	106.522
Outros		-	106.522
LUCROS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		13.877.776	15.102.323
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	14	(3.895.083)	(3.521.146)
LUCROS DO EXERCÍCIO	15	9.982.693	11.581.177
Resultado por ação			
Básico	15	0,555	0,643
Diluído	15	0,555	0,643

O CONTABILISTA CERTIFICADO



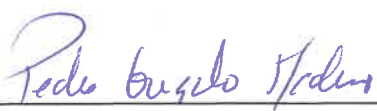
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



"As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras"

	2021 Euros	2020 Euros
Lucros do exercício	9.982.693	11.581.177
Rendimento integral total do exercício	9.982.693	11.581.177

O CONTABILISTA CERTIFICADO




O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

x  

	Notas	2021 Euros	2020 Euros
Demonstração da Posição Financeira - Ativo			
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais	16	2.010.297	2.036.340
Outros depósitos à ordem		2.010.297	2.036.340
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	17	44.722	210.457
Derivados		-	173.740
Empréstimos e Adiantamentos		44.722	36.717
Ativos financeiros pelo custo amortizado	18	616.872.148	681.573.456
Empréstimos e Adiantamentos		616.872.148	681.573.456
Derivados - Contabilidade de cobertura	18	163.725	-
Ativos tangíveis	19	109.629	207.793
Ativos fixos tangíveis		109.629	207.793
Ativos intangíveis	20	-	-
Outros ativos intangíveis		-	-
Ativos por impostos	21	347.862	319.833
Ativos por impostos diferidos		347.862	319.833
Outros ativos	22	30.412.332	34.650.166
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	23	240.236	343.914
Ativos Totais		650.200.952	719.341.959
Demonstração da Posição Financeira - Passivo			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	24	556.843.328	624.435.091
Outros passivos financeiros		556.843.328	624.435.091
Derivados - Contabilidade de cobertura	24	444.418	-
Provisões	25	276.550	312.562
Outras provisões		276.550	312.562
Passivos por impostos	26	201.146	1.374.940
Passivos por impostos correntes		201.146	1.374.940
Outros passivos	27	9.779.197	14.225.746
Passivos Totais		567.544.639	640.348.339
Demonstração da Posição Financeira - Capital Próprio			
Capital	28	18.001.000	18.001.000
Capital realizado		18.001.000	18.001.000
Lucros retidos	29	48.904.765	45.630.193
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		9.982.693	11.581.177
Outras reservas	30	5.767.855	3.781.250
Outros		5.767.855	3.781.250
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL		82.656.313	78.993.620
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL E PASSIVOS TOTAIS		650.200.952	719.341.959

O CONTABILISTA CERTIFICADO



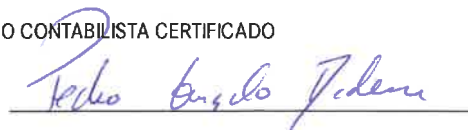
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



"As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras"

	Notas	2021 Euros	2020 Euros
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		26.884.751	29.070.823
Juros, comissões e outros custos pagos		(6.849.234)	(6.308.692)
Pagamentos a fornecedores e empregados		(11.313.931)	(7.806.406)
Outros pagamentos e recebimentos		11.734.377	3.662.771
		<u>20.455.962</u>	<u>18.618.495</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Fundos adiantados a clientes		67.020.508	24.084.598
Débitos para com instituições de crédito		(45.000.000)	61.000.000
Débitos para com empresas grupo		(35.523.969)	(100.442.791)
Débitos para com clientes		-	-
		<u>(13.503.461)</u>	<u>(15.358.193)</u>
Impostos sobre os rendimentos pagos		(4.248.545)	(2.889.377)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		2.703.956	370.925
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		32.266	33.831
Aumentos em outras contas do ativo		3.565.740	(1.212.141)
Investimento em associadas		(8.005)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		3.590.002	(1.178.310)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(6.320.000)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(6.320.000)	-
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(26.042)	(817.785)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		2.036.340	2.854.125
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		2.010.298	2.036.340
Caixa e seus equivalentes engloba			
Disponibilidades em outras IC	16	2.010.297	2.036.340
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		2.010.297	2.036.340

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



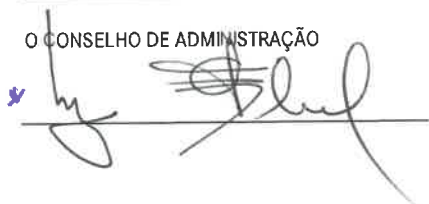
"As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras"

	Capital	Lucros retidos	Outras reservas	Lucros ou prejuízos (-) atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	Total
Saldo inicial 31-dez-20	18.001.000	37.345.328	3.781.250	8.284.865	67.412.443
Transferências entre componentes do capital próprio	-	8.284.865	-	-	8.284.865
Outros aumentos ou reduções (-) do capital próprio	-	-	-	(8.284.865)	(8.284.865)
Rendimento integral total do exercício	-	-	-	11.581.177	11.581.177
Saldo final 31-dez-20	18.001.000	45.630.193	3.781.250	11.581.177	78.993.620
Transferências entre componentes do capital próprio	-	9.594.572	-	-	9.594.572
Dividendos	-	(6.320.000)	-	-	(6.320.000)
Outros aumentos ou reduções (-) do capital próprio	-	-	1.986.605	(11.581.177)	(9.594.572)
Rendimento integral total do exercício	-	-	-	9.982.693	9.982.693
Saldo final 31-dez-21	18.001.000	48.904.765	5.767.855	9.982.693	82.656.313

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



"As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras"



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (SFIC ou Sociedade) foi constituída por escritura pública no decurso do mês de maio de 2004 e iniciou a sua atividade no mês de julho de 2004.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005 (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015), as demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas, desde o exercício de 2016, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 14 de março de 2022. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

Passamos a descrever as principais políticas contabilísticas em vigor. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

1.2 Ativos Financeiros - Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- o modelo de negócio da Sociedade para a gestão do ativo financeiro; e
- as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

A Sociedade procedeu, com referência a 1 de janeiro de 2021, a uma avaliação do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é detido, ao nível do portfolio, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão. A informação considerada nesta avaliação incluiu:

- as políticas e objetivos estabelecidos para o portfolio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia de gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, mantendo um determinado perfil de taxa de juro, adequando a duração dos ativos financeiros à duração dos passivos que financiam estes ativos ou na realização de cash flows através da venda dos ativos;
- a forma como a performance do portfolio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão da Sociedade;

- a avaliação dos riscos que afetam a performance do modelo de negócio (e dos ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos.

Avaliação se os cash flows contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI - Solely Payments of Principal and Interest)

Para efeitos desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. "Juro" é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período de tempo e para outros riscos e custos associados à atividade (ex. risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os cash flows contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, a Sociedade considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI.

1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao custo amortizado" se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

A categoria de "Ativos financeiros ao custo amortizado" inclui disponibilidades em outras instituições de crédito e crédito a clientes geridos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

As disponibilidades em outras instituições de crédito e os créditos a clientes são reconhecidos na data em que os fundos são disponibilizados à contraparte (settlement date).

Os ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (nota 1.5), as quais são registadas por contrapartida da rubrica "Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado".

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e rendimentos similares", com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas geradas no momento do seu desreconhecimento são registadas na rubrica "Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao custo amortizado".

1.2.2. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Sociedade para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições para ser mensurado ao custo amortizado, nem ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

1.2.3. Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

1.2.4. Modificação e desreconhecimento de ativos financeiros

A Sociedade desreconhece estes ativos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros. Quando ocorre uma transferência destes ativos, o desreconhecimento apenas pode ser efetuado quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos foram transferidos ou a Sociedade não mantém controlo dos mesmos.

1.2.5. Perdas por imparidade

A Sociedade reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros ao custo amortizado

As perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica "Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado" (em resultados), sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

1.3 Ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos a clientes

As Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes aos exercícios de 2020 e de 2021 foram preparadas de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme segue.

A rubrica ativos financeiros pelo custo amortizado, corresponde ao crédito concedido a clientes e inclui os empréstimos originados pela Sociedade, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

1.4 Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes ativos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor atual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

1.5 Locações

A Sociedade enquanto locatária:

A Sociedade reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em/ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente, deduzido de qualquer incentivo concedido.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados considerando a taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental de financiamento aplicável à Sociedade.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos à locação a receber;
- os pagamentos de locação variável, que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou a taxa à data de entrada em vigor;
- as quantias que deverão ser pagas a título de garantia do valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que essa opção seja exercida; e
- o pagamento de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação.

Subsequentemente, o locatário deve aumentar a quantia escriturada do passivo da locação de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação e reduzir a quantia escriturada do passivo da locação de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados.

Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A Sociedade não reconhece como um ativo sob direito de uso ou um passivo de locação, os contratos de locação com uma duração inferior a 12 meses ou locações de ativos com baixo valor. Nesses casos, a Sociedade reconhece os dispêndios associados a essas locações, como gastos do exercício ao longo do período de vida dos contratos.

Depreciação

O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos fixos tangíveis.

Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

A Sociedade enquanto locadora:

Enquanto locadora, os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como rendimentos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido aos clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.6 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui ainda as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

1.7 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva;
- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

1.8 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos que refletem a vida útil esperada:

Número de Anos

Equipamento:

Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.9 Ativos intangíveis

“Software”

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.10 Caixa e saldos de caixa em bancos centrais

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data da sua contratação, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais

1.11 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a formalidade legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o ativo e liquidar o passivo, simultaneamente.

1.12 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.13 Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento no capital próprio. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de juro da data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

1.14 Relato por segmentos

Considerando que a Sociedade não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, a Sociedade não apresenta informação relativa aos segmentos.

1.15 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, outros empréstimos e passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

1.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.17 Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

2. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRSs estabelecem um conjunto de tratamentos contábilísticos que requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Sociedade são analisadas nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, as normas contábilísticas permitem um tratamento contábilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

A Sociedade efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito, de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.2.

O processo de avaliação da carteira de crédito, de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas, quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Imposto sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3. Receitas e despesas de juros

A rubrica é composta por:

	2021 Euros	2020 Euros
Locação financeira	18.531.799	19.025.870
Crédito ao consumo	3.209.720	3.476.466
Crédito tomado	260.193	744.975
Derivados	426.821	281.206
Receitas de juros	22.428.533	23.528.518
Recursos de instituições de crédito no país	(1.583.452)	(1.999.713)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-
Derivados	(354.999)	(269.982)
Despesas com juros	(1.938.451)	(2.269.695)
Margem financeira	20.490.082	21.258.823

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões, que são registados em resultados na rubrica Receitas de Juros, podem ser analisados como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Proveitos resultantes de comissões cobradas	14.313.795	15.243.862
Custos resultantes de comissões pagas	(3.807.204)	(4.122.118)
	10.506.591	11.121.743

4. Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica é composta por:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Outros proveitos de serviços e comissões	2.354.962	2.810.828
Receitas de taxas e comissões	2.354.962	2.810.828
Outros custos com serviços e comissões	(653.363)	(558.439)
Despesas com taxas e comissões	(653.363)	(558.439)
Resultados líquidos de serviços e comissões	1.701.599	2.252.389

A rubrica referente a Outros proveitos de serviços e comissões registam as comissões recebidas das seguradoras, no âmbito da angariação de negócio.

A rubrica referente a Outros custos com serviços e comissões registam as despesas bancárias pagas no âmbito das operações bancárias efetuadas.

5. Outras receitas operacionais

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Reembolso de despesas	2.441.305	2.471.164
Outros proveitos de exploração	1.157.901	1.127.352
Outras receitas operacionais	3.599.206	3.598.516

A rubrica Reembolso de despesas inclui o montante de Euros 861.161 (2020: Euros 798.187), referente a valores de portes faturados ao cliente.

Esta rubrica também inclui o montante de Euros 565.964 (2020: Euros 731.849), referente à refaturação de valores ao cliente, nomeadamente os contratos de manutenção com a MBP, acerto de quilómetros e recondicionamento calculados no final do contrato, bem como outros acertos de contrato.

Nesta rubrica está ainda incluído o montante de Euros 329.401 (2020: Euros 394.747), referente a despesas de devolução de rendas.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de Euros 494.924 (2020: Euros 570.208), referente a valores faturados à Mercedes-Benz Aluguer Veículos, Lda., por comparticipação nas despesas de funcionamento.

Nesta rubrica encontra-se inclui ainda o montante de Euros 49.465 (2020: Euros 57.405), referente a ganhos obtidos por indemnizações por incumprimento de contratos de locação financeira.

6. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido

	2021 Euros	2020 Euros
Mais-valias em bens de locação financeira	968.545	991.690
Menos-valias em bens de locação financeira	(828.762)	(1.003.330)
Ganhos ou perdas (-) com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	139.783	(11.640)

As rubricas referentes a Mais e Menos-valias em bens de locação financeira registam ganhos e perdas obtidos na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos, respetivamente.

7. Outras despesas operacionais

	2021 Euros	2020 Euros
Impostos	(396.280)	(355.169)
Donativos e quotizações	(24.796)	(23.418)
Outros custos de exploração	(1.654.022)	(874.850)
Outras despesas operacionais	(2.075.098)	(1.253.437)

A rubrica Outros custos de exploração é constituída maioritariamente por montantes de W´off internos. O ano de 2021 apresenta um aumento face ao ano de 2020, relacionado com o montante da dívida exposta a W´off ser superior ao de 2020 e não pelo número de W´off efetuados.

8. Despesas de pessoal

A rubrica é composta por despesas com pessoal e outras despesas administrativas:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Remunerações	3.517.093	3.333.368
Encargos sociais obrigatórios	651.398	632.185
Encargos sociais facultativos	54.716	82.069
Outros encargos	423.711	72.835
Despesas de pessoal	4.646.918	4.120.458

O efetivo médio e trabalhadores ao serviço da Sociedade, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Dez 2021	Dez 2020
Administradores	4	3
Técnicos	69	73
	73	76

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por quatro administradores, dos quais três são administradores com funções executivas e um são administradores não executivos.

No ano de 2021, os custos com benefícios a curto prazo de empregados e pagamento com base em ações, relativos a administradores, ascenderam, respetivamente, a Euros 670.981 € e Euros 4.599.

Durante o ano 2021, no âmbito da rotatividade da Daimler, ocorreu a troca de um dos administradores com impacto no perfil de risco da instituição e colaboradores com funções de controlo. Não foram pagos quaisquer montantes em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com colaboradores que se integrem em alguma das referidas categorias.

9. Outras despesas administrativas

A rubrica é composta por:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Água, energia e combustíveis	26.315	23.038
Rendas e alugueres	376.806	363.201
Comunicação e despesas de expedição	295.682	281.814
Deslocações, estadas e representação	29.277	24.231
Publicidade e acções promocionais	333.645	354.585
Conservação e reparação	44.393	39.103
Formação de pessoal	-	271
Seguros	44.700	48.163
Serviços especializados	3.048.997	2.442.172
Outros serviços de terceiros	1.601.019	1.452.648
Outras despesas administrativas	5.800.834	5.029.226

A rubrica Rendas e alugueres, no montante de Euros 376.806 (2020: Euros 363.201), refere-se a rendas incorridas com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. pela utilização das instalações da Sociedade e aluguer de viaturas. Tratando-se de locações de curto prazo, tal como previsto na IFRS 16, não foi considerado o correspondente ativo sob direito de uso.

A rubrica de Serviços especializados inclui os montantes de Euros 1.406.774 (2020: 947.759), referentes a custos com informática e de Euros 366.908 (2020: Euros 322.246), referentes a honorários de advogados assim como custos em análises, estudos e pareceres por apoio jurídico prestado para a recuperação de viaturas e crédito vencido.

A rubrica Serviços especializados inclui honorários faturados durante o exercício de 2021 e 2020 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que de acordo com o disposto no art.º 66º-A, n.º 1, b) do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Revisão legal das contas anuais	14.040	14.040
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	22.960	15.680
	37.000	29.720

10. Depreciação

A rubrica é composta por:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Ativos tangíveis		
Obras em imóveis arrendados	28.316	27.471
Mobiliário e material	14.873	10.762
Máquinas e ferramentas	-	7
Equipamento informático	15.006	32.783
Instalações interiores	7.297	6.184
Material de transporte	-	14.381
Equipamento de segurança	406	135
Outros ativos tangíveis	-	-
Ativos tangíveis	65.898	91.724
Sistemas de tratamento automático de dados	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Depreciações e amortizações	65.898	91.724

11. Provisões ou reversão de provisões

A rubrica, é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Outras provisões		
Dotações do exercício	123.695	109.648
Reversões do exercício	(159.708)	(157.773)
Outras provisões	(36.013)	(48.126)

12. Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Dotações do exercício	3.296.105	5.108.188
Reversões do exercício	(3.795.945)	(3.665.665)
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(499.840)	1.442.523

13. Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Dotações do exercício	-	471.962
Reversões do exercício	-	(365.440)
Outros	-	106.522

14. Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação

O encargo com impostos sobre lucros no exercício, é analisado como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Impostos correntes:		
Do exercício	(3.880.502)	(4.205.935)
Correcções Imposto exercício anterior	(42.610)	675.943
Impostos correntes	(3.923.112)	(3.529.992)
Impostos diferidos:		
Diferenças temporárias		
Rendimentos	70.001	63.003
Encargos	(41.972)	(54.157)
Impostos diferidos	28.029	8.846
Impostos sobre lucros no exercício	(3.895.083)	(3.521.146)

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5%, de acordo com a Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). Nos termos previstos na Lei n.º 7-82-B/2014, de 31 de dezembro, a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 9% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5%, de acordo com a Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). Nos termos previstos na Lei n.º 7-82-B/2014, de 31 de dezembro, a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 9% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Para o exercício de 2021, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa de 26% resultante do cálculo médio das taxas de IRC global, incluindo Derrama Municipal e Estadual tendo por base o período de dezembro de 2020 a dezembro de 2021.

As declarações de autoliquidação do IRC da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros		Dez 2020 Euros	
	%	Euros	%	Euros
Resultado antes de imposto		13.877.776		15.102.323
Taxa de imposto corrente	22,5%	3.122.500	22,5%	3.398.023
Derrama Estadual	3,8%	529.312	3,9%	590.143
Provisões não dedutíveis	-1,3%	(36.597)	-1,3%	(7.945)
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-0,1%	(2.745)	-0,1%	(2.433)
Tributação autónoma e outros impactos				
Tributação autónoma	0,7%	91.787	0,5%	82.646
Outros impactos	1,4%	190.825	-3,6%	(539.287)
Impostos sobre lucros no exercício	28,1%	3.895.083	23,3%	3.521.146

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Imparidade para crédito	28.029	8.846
Outras Provisões	-	-
	28.029	8.846

15. Lucro do exercício

O resultado por ação é calculado da seguinte forma:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Resultado líquido	9.982.693	11.581.177
Número médio de ações	18.001.000	18.001.000
Resultado por ação básico	0,555	0,643
Resultado por ação diluído	0,555	0,643

O resultado básico por ação é calculado efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas pelo número médio de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de ações compradas pela Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e detidas na carteira como ações próprias.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando as ações ordinárias potenciais ao número médio de ações ordinárias, as quais podem resultar de dívida convertível e de opções sobre ações. Os encargos com estes instrumentos são igualmente ajustados ao resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. não detinha ações potenciais ordinárias, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

16. Caixa e saldos de caixa em bancos centrais

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Instituições de crédito no país	2.010.297	2.036.340
Outros depósitos à ordem	2.010.297	2.036.340

A análise da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito por prazo de maturidade, é a seguinte:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Até 3 meses	2.010.297	2.036.340

A taxa de remuneração das disponibilidades no exercício de 2021 e 2020 foi de 0%.

17. Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Derivados	-	173.740
Empréstimos e Adiantamentos	44.722	36.717
	44.722	210.457

18. Ativos financeiros pelo custo amortizado

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Crédito vincendo		
Locação financeira	496.437.597	522.099.568
Crédito ao consumo	59.740.960	56.677.619
Crédito tomado	59.790.262	102.340.023
	615.968.819	681.117.210
Crédito vencido		
Até 3 meses	2.468.359	2.388.048
De 3 meses a 1 ano	1.359.986	1.658.090
De 1 ano até 3 anos	2.682.877	2.057.015
Mais de 3 anos	101.849	374.237
	6.613.071	6.477.390
Total crédito vincendo e crédito vencido	622.581.890	687.594.600
Imparidade para crédito concedido	(5.709.742)	(6.021.144)
Crédito a clientes	616.872.148	681.573.456

A rubrica Locação financeira é constituída por contratos de locação financeira e aluguer de longa duração, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado novo.

A rubrica Crédito é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado usados.

Não existe valor de crédito concedido aos órgãos de administração do grupo, ao abrigo do n.º 4, do Art.º 85 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A rubrica Crédito tomado é constituída por contratos de financiamento de stocks com os concessionários fornecedores da Sociedade.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos.

A análise das rubricas Crédito vincendo e Crédito vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Até 3 meses	71.062.007	110.003.649
De 3 meses a 1 ano	60.749.579	50.050.090
De 1 ano a 2 anos	123.332.639	130.757.154
De 2 anos a 3 anos	149.120.577	154.198.684
De 3 anos a 4 anos	152.986.193	175.191.198
De 4 anos a 5 anos	44.818.430	43.073.587
Mais de 5 anos	13.899.394	17.842.848
Duração indeterminada (Crédito vencido)	6.613.071	6.477.390
Total crédito vincendo e crédito vencido	622.581.890	687.594.600

A análise da rubrica de Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia é a seguinte:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Crédito vincendo		
Créditos com garantias reais	240.232.750	264.110.269
Créditos sem garantias	375.736.069	417.006.941
	615.968.819	681.117.210
Crédito vencido		
Créditos com garantias reais	1.346.628	674.200
Créditos sem garantias	5.266.443	5.803.190
	6.613.071	6.477.390
Total crédito vincendo e crédito vencido	622.581.890	687.594.600

A distribuição do crédito vincendo por tipo de taxa é a seguinte:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Taxa fixa	239.356.084	263.860.546
Taxa variável	376.612.735	417.256.664
Total crédito vincendo	615.968.819	681.117.210

A análise da rubrica Créditos a clientes, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Crédito vincendo		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	227.072.734	216.106.009
Crédito ao consumo	41.991.854	37.057.767
Crédito tomado	59.790.262	102.340.023
	<u>328.854.850</u>	<u>355.503.799</u>
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	269.364.863	305.993.559
Crédito ao consumo	17.749.106	19.619.852
	<u>287.113.969</u>	<u>325.613.411</u>
Total crédito vincendo	615.968.819	681.117.210
Crédito e juros vencidos		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	3.317.995	2.898.774
Crédito ao consumo	344.426	379.469
Crédito tomado	457.455	756.326
	<u>4.119.876</u>	<u>4.034.569</u>
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	2.295.985	2.309.690
Crédito ao consumo	197.210	133.131
	<u>2.493.195</u>	<u>2.442.821</u>
Total crédito vencido	6.613.071	6.477.390
Imparidade para crédito concedido	(5.709.742)	(6.021.144)
Crédito a clientes	616.872.148	681.573.456

A reconciliação da rubrica Locação financeira, por prazos residuais é apresentado como segue:

2021					
Pagamentos a receber não descontados					
Rendas Vincendas	Valores Residuais	Pagamentos de locação não descontados	Juros Vincendos	Investimento líquido na locação	
Até 3 meses	4.320.367	6.044.605	10.364.972	41.208	10.323.764
De 3 meses a 1 ano	28.050.959	30.286.391	58.337.350	802.644	57.534.706
De 1 ano a 2 anos	64.369.871	53.207.095	117.576.966	2.946.173	114.630.793
De 2 anos a 3 anos	90.390.092	46.414.507	136.804.599	5.172.394	131.632.205
De 3 anos a 4 anos	99.019.975	39.461.085	138.481.060	6.907.554	131.573.506
De 4 anos a 5 anos	28.642.678	16.988.481	45.631.159	4.408.412	41.222.747
Mais de 5 anos	8.911.757	1.860.648	10.772.405	1.252.529	9.519.876
323.705.700	194.262.812	517.968.511	21.530.914	496.437.597	

2020					
Pagamentos a receber não descontados					
Rendas Vincendas	Valores Residuais	Pagamentos de locação não descontados	Juros Vincendos	Investimento líquido na locação	
Até 3 meses	1.262.783	6.151.230	7.414.012	40.243	7.373.769
De 3 meses a 1 ano	16.990.303	31.734.317	48.724.620	774.645	47.949.975
De 1 ano a 2 anos	75.654.909	49.803.359	125.458.267	2.911.342	122.546.926
De 2 anos a 3 anos	101.795.773	42.954.537	144.750.310	5.098.728	139.651.582
De 3 anos a 4 anos	115.316.167	45.270.402	160.586.569	7.726.034	152.860.535
De 4 anos a 5 anos	27.482.739	15.516.542	42.999.281	4.382.938	38.616.342
Mais de 5 anos	12.318.155	2.612.833	14.930.988	1.830.550	13.100.438
350.820.828	194.043.220	544.864.047	22.764.480	522.099.567	

Os movimentos da Imparidade específica para crédito concedido são analisados como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	6.021.144	4.317.516
Ajustamento IFRS 9	-	-
Dotações do exercício	3.094.463	5.120.772
Reversões do exercício	(3.795.945)	(3.660.772)
Utilizações do exercício	390.081	243.628
Saldo em 31 de Dezembro	5.709.742	6.021.144

Durante o exercício de 2021, a Sociedade realizou uma utilização de créditos no valor de Euros 390.081 e no exercício de 2020 procedeu à anulação de créditos no montante de Euros 243.628.

No quadro seguinte é possível encontrar a informação relativa à movimentação da imparidade, neste caso, com o formato FINREP. É visível que o saldo inicial já reflete a alteração para a IFRS 9 sendo que o saldo final inclui o montante da provisão relativa aos ativos detidos para venda uma vez que se enquadra no modelo aplicado pelo Grupo.

	Saldo Abertura	Dotações	Reversões	Alteração risco crédito	Write-off	Saldo Final 2021
Provisões para ativos financeiros sem aumento do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (Stage 1)	(1.144.707)	(201.129)	1.266.960	(1.207.850)	-	(1.286.725)
crédito desde o reconhecimento inicial, mas não com imparidade de crédito (Stage 2)	(1.062.642)	(190.028)	476.228	(434.788)	-	(1.211.231)
Provisões para instrumentos de dívida com imparidade de crédito (Stage 3)	(3.904.266)	(495.015)	930.607	(496.408)	406.955	(3.558.128)
Total	(6.111.616)	(886.172)	2.673.795	(2.139.046)	406.955	(6.056.084)

É de referir que os valores acima referidos não incluem os relativos às provisões para ativos não correntes para venda (apresentados na nota 23) uma vez que esta provisão é constituída para contas estatutárias sendo efetuado um ajustamento à posteriori com base nos valores apurados no modelo de imparidade (Euros 346.341 relativo a 2021).

Os juros sobre crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Relativamente aos derivados, segue abaixo o detalhe:

	2021 Euros	2020 Euros
Derivados - Contabilidade de cobertura	163.725	-
	163.725	-

19. Ativos tangíveis

A rubrica é analisada como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Obras em imóveis arrendados	274.705	274.705
Mobiliário e material	138.183	138.183
Máquinas e ferramentas	426	426
Equipamento informático	239.401	239.401
Instalações interiores	52.924	52.924
Material de Transporte	-	51.626
Equipamento de segurança	4.140	4.140
Outros Ativos tangíveis	3.330	3.330
Custo de aquisição	713.108	764.734
Relativas ao exercício corrente	(65.898)	(91.724)
Abates/Regularizações	19.360	92.928
Relativas a exercícios anteriores	(556.941)	(558.145)
Depreciações acumuladas	(603.479)	(556.941)
Ativos tangíveis	109.629	207.793

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o ano de 2021, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	274.705	-	-	274.705
Mobiliário e material	138.183	-	-	138.183
Máquinas e ferramentas	426	-	-	426
Equipamento informático	239.401	-	-	239.401
Instalações interiores	52.924	-	-	52.924
Material de Transporte	51.626	-	(51.626)	-
Equipamento de segurança	4.140	-	-	4.140
Outros ativos tangíveis	3.330	-	-	3.330
Custo de aquisição	764.734	-	(51.626)	713.108
Obras em imóveis arrendados	153.757	28.316	-	182.072
Mobiliário e material	106.314	14.873	-	121.187
Máquinas e ferramentas	425	-	-	425
Equipamento informático	224.395	15.006	-	239.401
Instalações interiores	45.627	7.297	-	52.925
Material de Transporte	19.360	-	(19.360)	-
Equipamento de segurança	3.734	406	-	4.140
Outros ativos tangíveis	3.329	-	-	3.329
Depreciações acumuladas	556.941	65.898	(19.360)	603.479
Ativos tangíveis	207.793	(65.898)	(32.266)	109.629

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o ano de 2020, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	274.705	-	-	274.705
Mobiliário e material	178.550	-	(40.367)	138.183
Máquinas e ferramentas	2.391	-	(1.965)	426
Equipamento informático	286.823	-	(47.422)	239.401
Instalações interiores	53.174	-	(250)	52.924
Material de Transporte	87.023	-	(35.397)	51.626
Equipamento de segurança	4.140	-	-	4.140
Outros ativos tangíveis	4.688	-	(1.358)	3.330
Custo de aquisição	891.494	-	(126.759)	764.734
Obras em imóveis arrendados	126.286	27.471	-	153.757
Mobiliário e material	133.967	10.762	(38.415)	106.314
Máquinas e ferramentas	2.384	7	(1.965)	425
Equipamento informático	238.865	32.783	(47.253)	224.395
Instalações interiores	39.693	6.184	(250)	45.627
Material de Transporte	8.666	14.381	(3.687)	19.360
Equipamento de segurança	3.599	135	-	3.734
Outros ativos tangíveis	4.687	-	(1.358)	3.329
Depreciações acumuladas	558.145	91.724	(92.928)	556.941
Ativos tangíveis	333.348	(91.724)	(33.831)	207.793

20. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	521.999	521.999
Despesas de I&D	18.330	18.330
Outros ativos intangíveis	23.772	23.772
Custo de aquisição	564.101	564.101
Relativas ao exercício corrente	-	-
Relativas a exercícios anteriores	(564.101)	(564.101)
Amortizações acumuladas	(564.101)	(564.101)
Ativos intangíveis	-	-

Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, durante o ano de 2021, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.999	-	-	491.999
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Custo de aquisição	564.101	-	-	564.101
Sistemas de tratamento automático de dados	492.000	-	-	492.000
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Amortizações acumuladas	564.101	-	-	564.101
Ativos intangíveis	-	-	-	-

Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, durante o ano de 2020, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.999	-	-	491.999
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Custo de aquisição	564.101	-	-	564.101
Sistemas de tratamento automático de dados	492.000	-	-	492.000
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Amortizações acumuladas	564.101	-	-	564.101
Ativos intangíveis	-	-	-	-

21. Ativos por impostos diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2021 Euros		2020 Euros	
	Ativos Euros	Passivos Euros	Ativos Euros	Passivos Euros
Imparidade para Crédito	347.862	-	319.833	-
	347.862	-	319.833	-
Impostos diferidos	347.862		319.833	

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, a Sociedade possa compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	319.833	310.987
Ajustamento IFRS 9	-	-
Reconhecido em resultados	28.029	8.846
Saldo em 31 de Dezembro	347.862	319.833

22. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	1.818.642	12.135.283
Outros devedores	24.928.799	14.866.892
Despesas com custos diferidos	5.624	25.153
Outras contas de regularização	3.659.268	7.622.837
Outros ativos	30.412.332	34.650.166
Imparidade de outros ativos	-	-
Outros ativos	30.412.332	34.650.166

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber inclui o montante de Euros 809.780 (2020: Euros 1.054.846), que representa o IVA a recuperar relativo à emissão de notas de crédito.

A rubrica de Imposto sobre o valor acrescentado a receber inclui ainda Euros 1.008.861 (2020: Euros 11.080.436) relativamente a IVA a recuperar do estado, decorrente da sua atividade. Esta variação devesse à diminuição da compra de viaturas maioritariamente ao importador (menos contratos), ocorrida essencialmente no 2º semestre do ano, consequência da escassez dos semicondutores.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 1.136.414 (2020: Euros 4.011.784) referente a débitos a empresas do grupo.

Esta rubrica inclui ainda o montante de Euros 23.096.603 (2020: Euros 9.572.634) referente ao saldo devedor da conta de cashpooling.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 664.043 (2020: Euros 977.634) referente a valores a receber de participações em contratos realizados no âmbito de campanhas efetuadas em conjunto com a Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A..

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como se segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	-	13.084
IFRS 9	-	-
Dotações do exercício	-	-
Reversões do exercício	-	(13.084)
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-

23. Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Equipamento	586.578	690.255
Perdas por imparidade	(346.341)	(346.341)
Ativos não correntes detidos para venda	240.236	343.914

A rubrica Equipamento no montante de Euros 586.578 (2020: Euros 690.255), representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra, ou por resolução de contratos. O valor desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos, cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação.

A Imparidade de outros ativos refere-se à imparidade para aplicações por recuperação de crédito e corresponde às diferenças positivas entre os montantes registados na rubrica Ativos não correntes detidos para venda e o respetivo valor de mercado, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.4.

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	346.341	239.819
Dotações do exercício	-	471.962
Reversões do exercício	-	(365.440)
Saldo em 31 de Dezembro	346.341	346.341

24. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Instituições de crédito no país	445.260.523	490.336.066

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, de acordo com o prazo remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Até 3 meses	30.260.523	10.336.066
3 meses até 1 ano	177.000.000	170.000.000
1 ano até 5 anos	238.000.000	310.000.000
	445.260.523	490.336.066

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Empréstimos de Residentes		
Mercedes-Benz Portugal, S.A.	-	54.099.025
Empréstimos de Não Residentes		
DMO	112.009.074	80.000.000
Correções de valor de passivos que sejam objeto de operações de cobertura	(426.269)	-
Outros empréstimos:	111.582.805	134.099.025

A análise da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2021 Euros	2020 Euros
Até 3 meses	66.582.805	124.099.025
3 meses a 1 ano	-	10.000.000
1 ano até 5 anos	45.000.000	-
	111.582.805	134.099.025

Relativamente aos derivados, segue abaixo o detalhe:

	2021 Euros	2020 Euros
Derivados - Contabilidade de cobertura	444.418	-
	444.418	-

25. Provisões

A rubrica é analisada como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Provisão para outros riscos e encargos	276.550	312.562
Provisões:	276.550	312.562

A rubrica Provisão para outros riscos e encargos no montante de Euros 276.550 (2020: Euros 312.562) regista as provisões que foram constituídas tendo por base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade da sociedade e processos legais em curso.

Os movimentos da rubrica Provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	312.562	360.688
Dotações do exercício	123.695	109.648
Reversões do exercício	(159.708)	(157.773)
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	276.549	312.562

26. Passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	Dez 2021 Euros	Dez 2020 Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	3.880.502	4.205.935
Carga fiscal paga (do exercício)	(3.679.356)	(2.830.995)
Passivos por impostos correntes	201.146	1.374.940

27. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Cauções recebidas	13.757	13.757
Fornecedores de bens para locação financeira	3.482.294	6.344.986
Fornecedores de bens para crédito ao consumo	208.822	627.050
Sector público administrativo	184.566	201.404
Custos a pagar com férias e subsídios de férias	454.280	461.631
Outros custos a pagar	2.475.080	2.856.126
Comissões a pagar a angariadores	1.103.085	1.116.656
Outras contas de regularização	1.857.314	2.604.137
Outros passivos	9.779.197	14.225.746

A rubrica Cauções recebidas no montante de Euros 13.757 (2020: Euros 13.757) refere-se a cauções recebidas de clientes de locação financeira.

A rubrica Cauções recebidas tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2021 Euros	2020 Euros
Até 3 meses	13.757	13.757
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 ano até 5 anos	-	-
	13.757	13.757

A rubrica Outros custos a pagar inclui o montante de Euros 608.981 (2020: Euros 477.922) relativo a estimativa de bónus a pagar ao pessoal no exercício seguinte.

Nesta rubrica encontra-se ainda incluído o montante de Euros 1.524.630 (2020: Euros 1.912.054) relativo a diversos custos administrativos, nomeadamente custos com telemóveis, auditoria e revisão de contas, suporte informático e consultoria.

A rubrica Comissões a pagar a angariadores no montante de Euros 780.004 (2020: Euros 1.069.334), refere-se a comissões de intermediação a pagar aos angariadores de contratos de locação financeira e de crédito ao consumo.

A rubrica Outras contas de regularização inclui também o montante de Euros 1.183.441 (2020: Euros 1.231.335) referente a adiantamentos de clientes.

28. Capital

O capital de Euros 18.001.000, representado por 18.001.000 ações de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Durante o ano de 2020, no decorrer do processo de reorganização do Grupo Daimler, ocorreu a alteração da estrutura societária que passou a ser detida por dois acionistas: a sociedade Mercedes-Benz Portugal, S.A. (com 10,01%) e a sociedade Daimler Mobility AG, uma empresa do Grupo Daimler AG (com 89,99%), entidade sediada na Alemanha.

No decorrer do ano de 2021, ocorreu uma alteração a estrutura societária que passou a ser detida na totalidade pela sociedade Daimler Mobility AG, uma empresa do Grupo Daimler AG (com 100 %), entidade sediada na Alemanha.

29. Lucros retidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Outras reservas e resultados transitados	48.904.765	45.630.193
	48.904.765	45.630.193

Em função do resultado líquido da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, deverá ser afeto à dividendos o montante aproximado de Euros 8.485.631.

30. Outras reservas

	2021 Euros	2020 Euros
Reserva legal	5.767.855	3.781.250
	5.767.855	3.781.250

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Esta reserva não está disponível para distribuição, podendo ser utilizada para absorver eventuais prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Em função do resultado líquido da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, deverá ser afeto à reserva legal o montante aproximado de Euros 998.269.

Uma vez que as demonstrações financeiras de 2020 apenas foram aprovadas na assembleia geral realizada no passado dia 30 de junho de 2021, pelo que o resultado líquido do exercício de 2020 foi integralmente transferido para resultados transitados. A aplicação desses resultados líquidos, de acordo com a deliberação dessa Assembleia Geral será assim efetuada durante o exercício de 2022.

31. Passivos contingentes e compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Garantias e avals recebidos	73.246.515	75.357.601
Compromissos assumidos perante terceiros	74.683.045	50.422.860
Compromissos assumidos por terceiros	86.000.000	8.000.000
Outras contas extrapatrimoniais	108.734.591	208.917.561

As Garantias e avals recebidos são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo. Estas garantias correspondem às recebidas pela MBFS dos seus clientes.

A rubrica Compromissos assumidos perante terceiros no montante de Euros 74.683.045 (2020: Euros 50.422.860), refere-se aos plafonds de crédito concedido a clientes do negócio de crédito tomado. Estes compromissos são revogáveis.

No exercício de 2021, a MBFS contratou com a Daimler AG um conjunto de swaps destinados a cobrir o risco das variações de justo valor associados à taxa de juro, cujos valores nominais em 31 de dezembro de 2021 ascendiam a Euros 258.000.000.

32. Balanços e taxas médias

Os valores contábilísticos médios dos ativos e passivos financeiros, bem como as taxas de juro médias efetivas, são apresentadas no seguinte quadro:

	31 Dezembro 2021		
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
Ativos geradores de juros			
Disponibilidades em O.I.C.	2.023.318	-	0,0%
Crédito a Clientes	649.222.802	22.428.533	3,5%
Total de ativos geradores de juros	651.246.120	22.428.533	3,4%
Ativos não geradores de juros	34.917.172		
Total do Ativo	686.163.292	22.428.533	3,3%
Passivos geradores de juros:			
Recursos em O.I.C.	467.802.831	(2.208.049)	-0,5%
Recursos de Clientes e O.E.	123.049.513	269.597	0,2%
Total de Passivos Geradores de juros	590.852.344	(1.938.451)	-0,3%
Passivos não geradores de juros	14.485.981		
Total do Passivo	605.338.325	(1.938.451)	-0,3%
Capital Próprio	80.824.967		
Total do Passivo e do Capital Próprio	686.163.292	(1.938.451)	-0,3%
Juros e rendimentos equiparados	22.428.533		
Juros e encargos equiparados	(1.938.451)		
Margem Financeira	20.490.082		

Taxa de Margem Financeira (1) **3,1%**

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Ativos Geradores de Juros

31 Dezembro 2020			
	Balanco Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
Ativos geradores de juros			
Disponibilidades em O.I.C	2.445.232	-	0,0%
Crédito a Clientes	694.062.363	23.528.518	3,4%
Total de ativos geradores de juros	696.507.595	23.528.518	3,4%
Ativos não geradores de juros	2.919.197		
Total do Ativo	699.426.792	23.528.518	3,4%
Passivos geradores de juros:			
Recursos em O.I.C.	459.824.604	(2.704.786)	-0,6%
Recursos de Clientes e O.E.	181.549.513	435.091	0,2%
Total de Passivos Geradores de juros	641.374.116	(2.269.695)	-0,4%
Passivos não geradores de juros	18.256.719		
Total do Passivo	659.630.835	(2.269.695)	-0,3%
Capital Próprio	73.203.032		
Total do Passivo e do Capital Próprio	732.833.866	(2.269.695)	-0,3%
Juros e rendimentos equiparados	23.528.518		
Juros e encargos equiparados	(2.269.695)		
Margem Financeira	21.258.823		

Taxa de Margem Financeira (1) 3,1%

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Ativos Geradores de Juros

33. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Art. 66ºA:

a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;

b) Proposta de aplicação de resultados (lucro do exercício de 9.982.693, deduzido do montante de 998.269 destinado à reserva legal, deduzindo também o montante de 8.485.631 em distribuição de dividendos e o restante montante seja levado à conta de resultados transitados);

c) Detalhe dos honorários faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas e outros Consultores:

	2021 Euros	2020 Euros
Revisão legal das contas anuais	14.040	14.040
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	22.960	15.680
	37.000	29.720

Informações requeridas pelo art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 e pelo Decreto-Lei n.º 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Nos termos da Intervenção n.º 28/2014, de 13 de dezembro de 2014, no que respeita à Divulgação da Informação relativa ao ónus sobre ativos, a Sociedade não possui a 31 de dezembro de 2021 ónus sobre os seus ativos.

34. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer os actuais níveis de risco do respectivo emitente.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

A 31 de dezembro de 2021, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	31 Dezembro 2021		
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
Ativos Financeiros:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.010.297	2.010.297	-
Ativos ao justo valor através dos resultados	44.722	44.722	-
Créditos a clientes	616.872.148	616.872.148	-
Passivos Financeiros:			
Recursos de outras instituições de crédito	445.260.523	445.260.523	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	112.009.074	112.009.074	-

Para o cálculo do justo valor foi tido em consideração o valor referente ao Gross Exposure calculado no modelo de imparidade a janeiro de 2021. Devido à aplicação do método *one month gap* o Grupo Daimler teve em consideração a exposição total que corresponde ao valor dos cash flows descontados a 31 de dezembro de 2020 (base para o cálculo da imparidade a 31 de janeiro de 2021).

A 31 de dezembro de 2020, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	31 Dezembro 2020		
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
Ativos Financeiros:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.036.340	2.036.340	-
Ativos disponíveis para Venda	36.717	36.717	-
Créditos a clientes	681.573.456	681.573.456	-
Passivos Financeiros:			
Recursos de outras instituições de crédito	490.336.066	490.336.066	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	134.099.025	134.099.025	-

A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, spreads, etc) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

A Sociedade considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Se existe um mercado Over-the-counter (OTC) e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os activos financeiros detidos pela Sociedade, estão a ser valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3).

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respetivo justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Para efeitos desta divulgação, assumiu-se que os contratos de crédito a taxa de juro variável apresentam atualizações regulares da taxa de juro e não estão a ser efetuadas alterações relevantes aos spreads associados, razão pela qual se assume que o valor contabilístico representa substancialmente o justo valor destes ativos.

Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para instrumentos financeiros com características similares à data do balanço.

Considerando que, na grande maioria dos instrumentos financeiros são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

35. Partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2021, o valor das transações da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	31 Dezembro 2020 1			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Ativo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	1.136.247	45.464	1.884.599	11.120.502
Mercedes-Benz Comercial Lda	-	484.530	331.648	112.275
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	-	57.726	267.870	494.924
Daimler Mobility AG	10.000	112.000.000	390.360	-
Daimler AG	43.134	634.604	(547.683)	-
Daimler Asia	-	-	-	-
Daimler GMBh	-	-	-	-
Mercedes-Benz Bank AG	-	-	-	-
Mercedes-Benz Renting España	-	-	-	-
Daimler International Assignment Services (DIAS)	-	-	1.308	-
Mercedes-Benz Bank Service Center	-	-	-	-
Mercedes-Benz Leasing GmbH	-	-	-	-
MBFS España	-	-	23.760	7.769
Mercedes-Benz Italia	-	-	-	-
Mercedes-Benz Financial Services Nederland B.V.	-	-	51.804	-
Mercedes-Benz AG	-	12.380	-	-
	1.189.381	113.234.704	2.403.666	11.735.470

Durante o ano de 2021, no seguimento do projeto de alteração da estrutura corporativa do Grupo Daimler ("Project Future") ocorreu a separação de segmentos, desta forma as empresas de trucks e buses deixaram de ser partes relacionadas, nomeadamente Evobus Portugal S.A., Mercedes-Benz Trucks Portugal, S.A. e Mercedes-Benz Trucks España S.L.U., por este motivo não apresentamos valores para estas empresas no ano 2021.

À data de 31 de dezembro de 2020, o valor das transações da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	31 Dezembro 2020			
	Balço		Demonstração de resultados	
	Ativo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	4.071.818	54.477.528	1.329.654	12.309.395
Mercedes-Benz Comercial Lda	4.185	2.472.867	388.400	126.570
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	65.184	-	211.921	571.196
Daimler Mobility AG	4.692	80.008.727	58.714	-
Daimler AG	8.529	541.009	609.760	1
Daimler Asia	-	-	-	-
Daimler GmbH	-	-	-	-
Mercedes-Benz Bank AG	-	-	905	-
Mercedes-Benz Renting España	-	-	-	-
Daimler International Assignment Services (DIAS)	-	-	907	-
Mercedes-Benz Bank Service Center	-	-	-	-
Mercedes-Benz Leasing GmbH	-	-	12.371	-
MBFS España	-	-	-	-
Mercedes-Benz España	-	128.932	188.815	-
Evobus	-	1.660.747	42.885	57.054
Mercedes-Benz Italia	-	-	-	1.218
Mercedes-Benz Trucks	118.593	51.302	85.595	14.472
Mercedes-Benz Financial Services Nederland B.V.	-	-	79.898	-
Mercedes-Benz AG	-	-	50	-
	4.273.001	139.341.112	3.009.877	13.079.907

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

36. Gestão de riscos da atividade

A gestão de riscos da atividade é efetuada com base nos riscos gerais inerentes a qualquer instituição, nomeadamente o risco de crédito, risco de concentração, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de taxa de câmbio, risco operacional, risco de compliance, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia e risco de reputação.

Apesar da reduzida dimensão da sociedade, para fazer face ao disposto no aviso 5/2009, foi criada uma função de Gestão de Risco e *Quality* com o objetivo de auxiliar a estratégia da empresa, respeitando princípios e políticas de gestão inerentes à atividade e assegurar o cumprimento de normas aplicáveis ao exercício de cada uma

das atividades da empresa. Ainda assim alguns desses riscos são aferidos no dia a dia, pelos responsáveis das várias áreas da sociedade e posteriormente centralizadas para o responsável da área de gestão de Risco e *Quality*.

Ao contrário de outras instituições financeiras de maior dimensão, que dispersam as suas atividades por várias áreas de negócio dentro do sector financeiro, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. focaliza a sua atividade no financiamento automóvel, o que reduz substancialmente a complexidade dos seus métodos. Por outro lado, a sociedade pratica uma cultura de transparência da comunicação interna, que flui de forma favorável, atendendo ao já referido número de elementos que a compõem.

Toda a atividade é gerida tendo em consideração as diretrizes e regras prudenciais impostas pela entidade reguladora do Sector Bancário (Banco de Portugal), bem como procedimentos e recomendações do Grupo Daimler.

Para sustentar as suas deliberações, a Administração recorre, sempre que necessário, ao apoio especializado dos Advogados da empresa, do aconselhamento técnico de Consultores, bem como dos pareceres da ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado, da qual é membro. Paralelamente, recorre através de Auditoria não regulares, a entidades externas no intuito de aferir, com a adequada independência, os riscos em que a Sociedade poderá estar a incorrer, nomeadamente o não cumprimento de procedimentos internos, implementados com a finalidade central de mitigar esses mesmos riscos.

De entre essas entidades salientam-se:

- Departamentos especializados do grupo Daimler, nomeadamente nas áreas de concessão de crédito, contabilidade e *controlling*, informática; e
- Auditores internos do grupo Daimler, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.

Para além das entidades acima referenciadas, a Administração recorre sempre que necessário às funções internas existentes, de Compliance e Legal e de Auditoria Interna.

36.1 Risco de Crédito

A estratégia da empresa é definida pela administração em consonância com a atividade do grupo Daimler em Portugal. Esta estratégia é revista anualmente, durante a elaboração do plano (para dois anos) da Sociedade, e enquadra-se nos objetivos corporativos da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. e nos projetos prioritários da respetiva região Europa, incorporando ainda as vendas previstas da Mercedes-Benz em Portugal, a segmentação do risco de crédito e as análises de rentabilidade ponderadas por esse mesmo risco. A monitorização e acompanhamento dos resultados são realizados num base mensal, onde se procede a ajustamentos e identificação de medidas de correção que evitem o afastamento aos objetivos gerais inclusos na estratégia da empresa para o ano em curso caso aplicável.

A criação de novos produtos, ou de novas campanhas baseadas em produtos já existentes, são acompanhados por uma ficha de produto aprovada pelos responsáveis de área comercial.

O Departamento de Cobrança dispõe de um sistema de gestão da cobrança (“CollectionsNet”), que possibilita um acompanhamento e controlo permanente da carteira nas suas diferentes fases (cobrança telefónica interna, cobrança externa, pré-contencioso, contencioso, recuperação do equipamento, etc). Permitirá também, no futuro, analisar a performance dos sistemas de rating e scoring desenvolvidos pela Sociedade, que servem como

uma referência no processo de tomada de decisão de crédito. Para além deste sistema informático, são produzidas várias análises referentes às atividades de cobrança e níveis de provisões económicas.

A empresa dispõe de sistemas que lhe permitem fornecer uma informação adequada sobre a composição da carteira de crédito, permitem inclusive obter uma informação contrato a contrato, que posteriormente é trabalhada por produto e segmento.

Modelo de Imparidade

Em Julho de 2014, a IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 entrou em vigor para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, com permissão para adoção antecipada, e veio substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

I. Classificação – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração para ativos financeiros que reflete o modelo de negócio utilizado na gestão do ativo bem como as características dos seus cash flows.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor com alterações no rendimento integral (FVOCI) e mensurados ao justo valor com alterações em resultados (FVTPL). Como consequência as categorias existentes na IAS 39 "Held to Maturity", "Loans and Receivables" e "Available for Sale", são eliminadas.

O Grupo Daimler aplica a nova IFRS 9 para períodos iniciados e após 1 de janeiro de 2018.

II. Imparidade – Ativos Financeiros, Empréstimos e Contractos de Garantias Financeiras

A aplicação inicial da norma leva a várias alterações significativas.

O IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" da IAS 39 por um modelo de "perda esperada".

A IFRS 9 requer que as perdas sejam reconhecidas num montante de "ECLs" de 12 meses ou "ECLs" para a totalidade da duração do contracto. ECLs para a totalidade do contracto, são os "ECLs" que resultam de todos os possíveis incumprimentos (defaults) durante a vida esperada de um instrumento financeiro, enquanto "ECLs" de 12 meses são a porção de "ECLs" que resultam dos eventos de incumprimento que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de reporte.

A IFRS 9 introduz um modelo de classificação abrangente para ativos financeiros que classifica os ativos financeiros em três categorias: ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral e ativos financeiros ao justo valor através do resultado.

Os ativos financeiros que geram fluxos de caixa consistindo apenas de pagamentos de principal e juros são classificados de acordo com o modelo de negócios do Grupo Daimler para a manutenção desses instrumentos. Ativos financeiros que são mantidos num modelo de negócios com o objetivo de mantê-los até o vencimento e receber os fluxos de caixa contratuais são mensurados pelo custo amortizado. Esses modelos de negócios são geridos principalmente com base na estrutura de taxas de juros e no risco de crédito. Se o modelo de negócios compreender a intenção de manter os ativos financeiros para abarcar os fluxos de caixa contratuais, mas espera-se

vendê-los, por exemplo, para atender a uma necessidade específica de liquidez, esses instrumentos são mensurados ao justo valor através de rendimento integral. Ativos financeiros que possuem apenas fluxos de caixa de principal e juros, mas não são mantidos dentro de um dos modelos de negócios descritos acima, são mensurados ao justo valor através dos resultados.

Ativos financeiros que contêm fluxos de caixa que não sejam de capital e juros, tais como juros em fundos do mercado monetário ou derivados incluindo derivados embutidos separados, são mensurados ao justo valor através dos resultados. Para instrumentos de patrimônio, a IFRS 9 permite, opcionalmente, mensuração a justo valor através do outro rendimento integral. O Grupo Daimler opta por mensurar os instrumentos patrimoniais pelo justo valor através de outros rendimentos integrais em base instrumento por instrumento. Quando esses instrumentos patrimoniais são vendidos ou alvo de Write off, quaisquer ganhos ou perdas não realizados sobre esses instrumentos são reclassificados para lucros transitados e não apresentados no resultado.

As contas a receber de clientes e contas a receber de serviços financeiros são ativos financeiros que geram fluxos de caixa consistindo apenas de pagamentos de principal e juros são classificados de acordo com o modelo de negócios do Grupo Daimler para a manutenção desses instrumentos, pelo que se encontram mensurados pelo custo amortizado.

Modelo “perda esperada” (Expected credit loss impairment model)

O IFRS 9 introduz a abordagem de redução ao valor recuperável de perdas de crédito esperada a ser aplicada em todos os ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao custo amortizado ou pelo justo valor através do outro rendimento integral.

A nova abordagem da IFRS 9 leva em consideração as projeções sobre as perdas futuras associadas aos ativos financeiros (perdas de crédito esperadas). A abordagem de perda de crédito esperada usa três etapas para alocar perdas por redução ao valor recuperável:

- Stage 1 - Desde o reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha um aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, uma provisão para perda é reconhecida igual às perdas de crédito esperadas resultantes de incumprimentos ocorridos ao longo dos próximos 12 meses.
- Stage 2 - Após um aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, uma provisão para perda é reconhecida igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo.
- Stage 3 - Se um ativo financeiro é definido como estando em imparidade ou em default, ele é transferido para o stage 3 e avaliado na perda de crédito esperada para a vida inteira. A evidência objetiva para um ativo financeiro em imparidade inclui 91 dias de data de vencimento e outras informações sobre dificuldades financeiras significativas do tomador de empréstimo. A determinação se um ativo financeiro experimentou um aumento significativo no risco de crédito é baseada numa avaliação da probabilidade de default, que é feita pelo menos trimestralmente, incorporando informações externas de rating de crédito, bem como informações internas sobre a qualidade de crédito das demonstrações financeiras. de ativos.

Para os instrumentos de dívida que não são recebíveis de serviços financeiros, um aumento significativo no risco de crédito é avaliado principalmente com base em informações vencidas.

Um ativo financeiro é migrado para o stage 2 se o risco de crédito do ativo tiver aumentado significativamente em comparação ao seu risco de crédito no reconhecimento inicial. O risco de crédito é avaliado com base na probabilidade de não cumprimento. Para as contas a receber, é aplicada a abordagem simplificada, segundo a qual as perdas de crédito esperadas para todos os recebimentos comerciais são inicialmente mensurados ao longo da vida do instrumento.

O Grupo Daimler aplica a exceção de baixo risco de crédito à alocação de stage para instrumentos de dívida cotados com ratings de grau de investimento. Esses instrumentos de dívida são sempre alocados para o stage 1. Nos stages 1 e 2, a receita de juros efetiva é calculada com base nas quantias escrituradas brutas. Se um ativo financeiro se tornar prejudicado no stage 3, a receita efetiva de juros é calculada com base na sua quantia escriturada líquida (quantia escriturada bruta ajustada por qualquer provisão para perda).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são medidas de forma a refletir:

- a) o valor imparcial baseado em medida de probabilidade;
- b) o valor temporal do dinheiro; e
- c) informação razoável e suportável (se disponível sem custo ou esforço indevidos) na data de relato sobre eventos passados, condições atuais e previsões das condições económicas futuras.

As perdas de crédito esperadas são medidas como o valor presente, com base na probabilidade, de todas as insuficiências de caixa ao longo da vida esperada de cada ativo financeiro. Para contas a receber de serviços financeiros, as perdas de crédito esperadas são calculadas principalmente com um modelo estatístico usando três parâmetros de risco principais: probabilidade de incumprimento (PD), perda dado o incumprimento (LGD) e exposição ao incumprimento (EAD).

A estimativa desses parâmetros de risco incorpora todas as informações relevantes disponíveis, não apenas dados históricos e de perda atual, mas também informações prospectivas razoáveis e suportáveis refletidas pelos fatores de expectativa futuros. Essas informações incluem fatores macroeconómicos (por exemplo, crescimento do produto interno bruto, taxa de desemprego, índice de desempenho de custos) e previsões de condições económicas futuras. Para os recebimentos de serviços financeiros, essas previsões são realizadas por meio de uma análise de cenários (cenário base, cenários adverso e otimista).

Um instrumento financeiro é alocado a perdas (Write-off) quando não há expectativa razoável de recuperação, por exemplo, no final do processo de insolvência ou após uma decisão judicial de incobrabilidade. Modificações significativas (por exemplo, que levam a uma mudança no valor presente dos fluxos de caixa contratuais de 10%) levam ao desreconhecimento de ativos financeiros. Isto é estimado como sendo raro e imaterial para recebimentos de serviços financeiros. Se os termos de um contrato forem renegociados ou modificados e isso não resultar no desreconhecimento do contrato, então a quantia escriturada bruta do contrato deve ser recalculada e um ganho ou uma perda de modificação deve ser reconhecido no resultado.

Instrumentos financeiros derivados e contabilização

Os derivados embutidos são separados do contrato principal e reconhecidos separadamente. No entanto, os derivados embutidos não são separados do contrato principal, se o contrato principal for um ativo financeiro, se o Grupo Daimler escolher mensurar um contrato híbrido pelo justo valor através dos resultados ou se uma análise demonstrar que as características económicas e os riscos dos derivados embutidos estão intimamente relacionados

com os do contrato principal. Se as exigências para a contabilização de cobertura estabelecidas na IFRS 9 forem cumpridas, o Grupo Daimler designa e documenta a relação de *hedge* a partir da data em que um derivado é designado como um *hedge* de justo valor, um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de um investimento líquido numa operação estrangeira. A documentação da relação de cobertura inclui os objetivos e estratégia da gestão de risco, o tipo de relação de cobertura, a natureza do risco a ser coberto, a identificação da cobertura elegível do instrumento e o item coberto elegível, bem como uma avaliação dos requisitos de eficácia que compõem a relação económica mitigadora do risco, a ausência de efeitos deteriorantes do risco de crédito e o rácio de cobertura adequado.

De acordo com a IFRS 9, para a cobertura de fluxo de caixa de preços voláteis em transações de aquisição previstas altamente prováveis, a designação pode ser feita para componentes de risco separáveis desses itens não financeiros protegidos por *hedge*. O Grupo Daimler pode aplicar essa possibilidade para facilitar a contabilidade de cobertura futura e, assim, reduzir a ineficácia das relações de *hedge* para commodities.

De acordo com a IFRS 9, os montantes reconhecidos no outro rendimento integral como ganhos ou perdas de instrumentos de cobertura são removidos das reservas de instrumentos financeiros derivados e diretamente incluídos no custo inicial ou valor contabilístico do item coberto no reconhecimento inicial se uma transação prevista protegida por cobertura resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro. Para outros *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos ou perdas acumulados de instrumentos de cobertura são reclassificados das reservas de instrumentos financeiros derivados para a Demonstração de Resultados quando o item protegido afeta o resultado. As partes ineficazes das variações no justo valor são reconhecidas diretamente no resultado.

Para instrumentos derivados designados numa relação de cobertura, certos componentes podem ser excluídos da designação e as mudanças no justo valor desses componentes são então diferidas no outro rendimento integral de acordo com a IFRS 9. Isto aplica-se por exemplo, ao justo valor das opções ou ao spread base das diferenças cambiais.

As exposições de crédito por segmento e a imparidade apurada são apresentadas como se segue:

Segmento	Exposição 31.12.2021				Imparidade 31.12.2021			
	Exposição Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Imparidade Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Corporate Dealer	60.990.309	58.250.027	2.740.282		61.189	53.549	7.640	
Corporate Fleet	51.405.417	34.350.288	15.037.716	2.017.414	1.176.037	98.833	354.132	723.072
Retail Small Business	230.169.028	216.536.600	10.532.562	3.099.866	2.094.522	219.747	278.168	1.596.606
Private	282.601.321	253.099.818	26.837.488	2.664.015	1.720.071	208.108	302.593	1.209.370
Total	625.166.076	562.236.732	55.148.048	7.781.296	5.051.819	580.237	942.534	3.529.048

O valor total de exposição referenciado na última tabela difere do registado na contabilidade o que se justifica pela aplicação do modelo de imparidade do Grupo, uma vez que este se baseia na posição do portfolio do mês anterior (One Month Gap) e a exposição não inclui o valor de comissões associadas a operações de crédito. Adicionalmente, a imparidade inclui a imparidade de ativos não correntes detidos para venda.

Segmento	Exposição 31.12.2020				Imparidade 31.12.2020			
	Exposição Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Imparidade Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Corporate Dealer	104.660.023	104.660.023	0	0	105.552	105.552	0	0
Corporate Fleet	46.788.574	30.243.308	15.112.379	1.432.887	1.100.909	82.898	362.075	655.936
Retail Small Business	198.767.687	185.207.613	9.817.148	3.742.925	2.474.058	252.949	174.231	2.046.878
Private	328.145.472	293.492.447	31.700.510	2.952.515	1.905.188	269.209	434.525	1.201.453
Total	678.361.755	613.603.391	56.630.038	8.128.327	5.585.707	710.608	970.832	3.904.266

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção com referência a 31 de dezembro de 2021 é apresentado como se segue:

Ano de produção	Corporate Dealer		Corporate Fleet		Retail Small Business		Private		Total	
	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída
2011 e anteriores	0	0	0	0	15.833	11.918	20.877	12.546	36.710	24.464
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	31.790	17.492	0	0	31.790	17.492
2014	0	0	0	0	239.586	33.871	21.639	14.029	261.225	47.901
2015	0	0	0	0	193.611	50.843	109.103	23.519	302.714	74.362
2016	0	0	0	0	1.536.756	99.353	1.307.432	89.032	2.844.188	188.385
2017	0	0	729.381	11.716	7.422.682	536.359	7.327.306	134.360	15.479.369	682.435
2018	0	0	3.373.210	76.566	26.256.985	533.035	45.128.852	340.104	74.759.047	949.705
2019	0	0	8.435.406	387.679	46.980.003	408.789	77.245.306	531.271	132.660.715	1.327.739
2020	0	0	7.854.128	75.825	65.215.260	263.404	75.661.087	439.816	148.730.475	779.046
2021	58.250.027	53.549	31.013.293	624.251	82.276.521	139.457	75.779.719	135.393	247.319.560	952.649
Total	58.250.027	53.549	51.405.417	1.176.037	230.169.028	2.094.522	282.601.321	1.720.071	622.425.794	5.044.179

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção com referência a 31 de dezembro de 2020 é apresentado como se segue:

Ano de produção	Corporate Dealer		Corporate Fleet		Retail Small Business		Private		Total	
	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída
2010 e anteriores	0	0	0	0	198	83	29.580	16.806	29.778	16.888
2011	0	0	0	0	28.620	27.189	0	0	28.620	27.189
2012	0	0	0	0	43.126	24.274	0	0	43.126	24.274
2013	0	0	229.736	5.157	58.573	45.383	35.695	17.542	324.005	68.082
2014	0	0	778.550	15.724	101.929	61.290	122.483	52.195	1.002.962	129.209
2015	0	0	0	0	523.956	117.790	552.301	67.873	1.076.257	185.663
2016	0	0	0	0	3.294.529	168.990	5.538.773	179.600	8.833.303	348.590
2017	0	0	1.561.968	86.669	18.288.222	824.395	32.575.819	319.386	52.426.009	1.230.450
2018	0	0	7.104.806	218.088	42.247.396	749.918	80.541.439	514.893	129.893.641	1.482.898
2019	0	0	15.272.050	651.708	63.645.481	372.328	110.975.754	600.465	189.893.285	1.624.501
2020	104.660.023	105.552	21.841.464	123.564	70.535.656	82.418	97.773.628	136.428	294.810.770	447.962
Total	104.660.023	105.552	46.788.574	1.100.909	198.767.687	2.474.058	328.145.472	1.905.188	678.361.756	5.585.707

O detalhe dos movimentos de entrada e saída na carteira de crédito reestruturado é apresentado como se segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial da carteira reestruturados (bruto de imparidade)	34.455.639	1.639.689
Créditos reestruturados no período	18.766.843	33.706.093
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-17.782.017	-890.143
Outros	0	0
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	35.440.464	34.455.639

Principais parâmetros de risco utilizados no modelo de imparidade

O detalhe dos parâmetros de risco utilizados no modelo de imparidade é apresentado como se seguem:

	31.12.2021			31.12.2020		
	FE	ECAF	FE x ECAF	FE	ECAF	FE x ECAF
Stage 1	0,90	1,06	0,95	0,73	1,03	0,75
Stage 2	0,90	1,06	0,95	0,73	1,03	0,75
Stage 3	0,97	1,00	0,97	0,86	1,00	0,86

Nota: FE (Future expectation); ECAF (Economic cycle adjustment factor) – média ciclo económico / média NCL's

O modelo de imparidade do Grupo Daimler não difere entre a imparidade avaliada individualmente e colectivamente, mas sim por uma metodologia de override apenas para os clientes Corporate que se encontram em *Watch List & Problem Credit*. Com referência a 31 de dezembro de 2020 não existiram clientes alvo de override.

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020 são aplicáveis os seguintes colaterais à carteira de crédito:

- Garantias bancárias negócio Wholesale – relativamente às linhas de crédito concedidas aos concessionários a Sociedade detém garantias bancárias de forma a reduzir o risco inerente ao mesmo crédito no montante de Euros 55.078.110 (2020: Euros 60.575.706).

- Reserva de propriedade / hipoteca contratos de crédito – em todos os contratos de crédito realizados com clientes, a Sociedade mantém o direito de reserva de propriedade sobre o bem caso não seja cumprida a obrigação de pagamento da dívida por parte do cliente.

Ambos os temas se encontram incluídos nas rubricas extrapatrimoniais na nota 31.

Informação Prospectiva (Forward-looking information)

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada stage e a avaliação de aumentos significativos no risco de crédito devem considerar informações sobre eventos passados e condições atuais, bem como previsões razoáveis e suportáveis de eventos futuros e condições económicas. A estimativa e a aplicação de informações prospetivas exigirão julgamento significativo.

As informações relativas às PD, LGD e EAD utilizadas para estimar as provisões para perda de créditos no stage 1 e no stage 2 são a base das variáveis macroeconómicas (ou mudanças nas variáveis macroeconómicas) que estão mais correlacionadas com as perdas de crédito no portfólio relevante. Cada cenário macroeconómico usado no cálculo da perda de crédito esperado terá previsões das variáveis macroeconómicas relevantes – incluindo, mas não limitado a, taxas de desemprego, produto interno bruto, rendimentos de títulos, spreads de crédito, índices de ações, volatilidade do mercado de ações, preços dos imóveis “real estate” residenciais e comerciais e preços das commodities – por um período de cinco anos, subsequentemente retornando às médias de longo prazo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas nos stages 1 e 2 será uma estimativa ponderada de probabilidade descontada que considera um mínimo de três cenários macroeconómicos futuros. O cenário base basear-se-á em previsões macroeconómicas publicadas pelo grupo de economia interna. Cenários de vantagem e desvantagem serão definidos em relação ao nosso cenário de base baseado em condições macroeconómicas

alternativas razoavelmente possíveis. O design do cenário, incluindo a identificação de cenários de desvantagens adicionais, ocorrerá pelo menos numa base anual e com mais frequência se as condições o justificarem.

Os cenários serão medidores de probabilidade de acordo com a nossa melhor estimativa de acontecimento com base na frequência histórica e nas tendências e condições atuais. Os pesos de probabilidade serão atualizados trimestralmente. Todos os cenários considerados serão aplicados a todas as carteiras sujeitas a perdas de crédito esperadas com as mesmas probabilidades.

As taxas de perdas utilizadas nas provisões para o stage 3, avaliadas coletivamente, serão ajustadas com base nos cenários macroeconômicos voltados para o futuro utilizados nas estimativas do stage 1 e do stage 2. As dívidas avaliadas individualmente serão estabelecidas com base numa série de possíveis resultados, que podem incluir cenários macroeconômicos ou não macroeconômicos, conforme apropriado.

A avaliação de aumentos significativos no risco de crédito será baseada em mudanças nos ponderadores de probabilidade de informação prospectiva da PD, usando os mesmos cenários macroeconômicos que o cálculo das perdas de crédito esperadas.

COVID-19 post-model adjustment

À semelhança do ano anterior, a Daimler Mobility decidiu realizar um ajustamento pós-modelo (Post Model Adjustments - PMA) para um nível de provisionamento assente num pressuposto que considera o crescimento esperado dos stages e deterioração adicional da carteira devido à atribuição e à prorrogação de moratórias (repeated payment deferral), refletindo as expectativas negativas sobre o desempenho da carteira. Isto foi necessário devido à recalibração dos fatores de expectativa futura (FE), como resultado da mutação do vírus para a variante Omikron. A deterioração esperada da carteira com base na crise ainda não pode ser observada em toda a sua extensão. Isto deve-se à incerteza dos efeitos associados ao término dos programas de apoio governamentais.

Por isso, é necessário este ajuste específico pós-modelo. Na crise atual, pode-se observar um lapso de tempo entre os primeiros indícios económicos e o aumento real do incumprimento da dívida e dos Non-Conforming Loans (NCL): os programas de diferimento de pagamento governamental e privadas (moratórias) interrompem a correlação conhecida entre os Non-Performing Loans (NPL) e a situação real do portfólio e desaceleram o aumento significativo esperado do NPLs e, posteriormente, a existência de NCLs motivados por um número crescente de insolvências.

Desta forma, como preparação do encerramento do ano, a Daimler Mobility foram introduzidas as seguintes medidas em relação aos ajustes pós-modelo:

- Reavaliação das expectativas futuras
- Cálculo do crescimento esperado dos stages numa abordagem de agrupamento (clusters)

O impacto no nível de imparidade da carteira de crédito da MBFS decorrente da aplicação do ajustamento pós-modelo, com referência a 31 de dezembro de 2021, ascendeu a 270.000 euros (31 de dezembro de 2020: 1,7 milhões de euros).

Política de colaterais

As garantias bancárias, onde a MBFS é beneficiária, são prestadas por Instituições registadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. Deste modo encontra-se mitigado o risco associado a falta de liquidez ou incumprimento dessa obrigação.

Política de Write-off

A remoção de um ativo de balanço (write-off) só pode acontecer quando é legalmente ou economicamente impossível de receber, neste caso a MBF só procede a write-off quando tem no seu poder as Declarações do Tribunal assegurando a incapacidade do cliente.

36.2 Risco de Concentração

São aplicados os limites de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho 26 de Junho de 2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, para todos os clientes considerados como grande risco de acordo com o artigo 392º - Definição de grande risco.

Todavia se conjugarmos o crédito concedido a um concessionário com os créditos a clientes finais angariados pelo mesmo (canal fornecedor), importa medir o impacto global da perda de negócio originado por esse concessionário.

Considerando os moldes de funcionamento do negócio de crédito de stock, consideramos remota a impossibilidade de garantia por parte dos bancos, assim optamos por não considerar este risco na análise efetuada.

36.3 Risco de taxa de juro e de liquidez

O grupo Daimler possui um departamento especializado na avaliação dos riscos de taxa de juro e de liquidez; composto por elementos especializados, que analisam de forma exaustiva todas as vicissitudes dos mercados onde o grupo opera, esse departamento ("Asset/Liability Management" ou "ALM") recomenda a estratégia para todas as empresas do grupo, tendo em atenção a realidade mundial e a especificidade dos mercados locais. O ALM colabora ainda na conceção do plano anual, definindo limites aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

Mensalmente, a organização remete ao ALM informação detalhada da sua carteira de crédito e do financiamento existente. Em contrapartida, recebe um relatório onde consta, entre outras, informações sobre a liquidez da carteira de crédito, assim como análises ao impacto na margem financeira bruta, caso ocorram variações base nas taxas de juro de mercado. A empresa segue as recomendações recebidas em termos de cobertura de riscos de taxa de juro e liquidez, sempre em concordância com as condições actuais do mercado português.

O ALM efetua ainda simulações a cenários ("stress testing") de todos os tipos de alterações bruscas de mercado que possam envolver risco de taxa de juro e risco de liquidez para as empresas, que constam de relatórios distribuídos regularmente nos diferentes comités especializados do grupo e para discussão com os responsáveis financeiros das empresas, caso a alteração justifique uma ação por parte das empresas.

Importa referir que todos os relatórios elaborados pelo ALM podem a qualquer hora ser solicitados pelos mercados. Caso estes últimos desejem outro tipo de relatórios ou análises específicas poderão também requisitá-las ao mesmo departamento.

É também importante referir o facto da carteira da empresa ser na generalidade indexada à taxa de juro Euribor e que os limites ou linhas de crédito negociados com outras entidades de crédito se encontram muito acima dos valores utilizados em cada momento, logo o impacto de uma variação da respetiva taxa na nossa carteira será reduzido.

À data de balanço, a Empresa detinha Euros 2.010.297 em disponibilidades em outras instituições de crédito (2020: Euros 2.036.340).

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros que são liquidados pelo seu valor líquido agrupado por maturidades residuais relevantes. Os ativos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

31 de Dezembro 2021						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Ativos Financeiros:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.010.297		2.010.297	-	-	-
Créditos a clientes	616.872.148		71.062.007	60.749.579	471.161.168	13.899.394
Passivos Financeiros:						
Recursos de outras instituições de crédito	445.260.523		30.260.523	177.000.000	238.000.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	112.009.074		67.009.074	-	45.000.000	-

31 de Dezembro 2020						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Ativos Financeiros:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.036.340		2.036.340	-	-	-
Créditos a clientes	681.573.456		110.003.649	50.050.090	503.676.869	17.842.848
Passivos Financeiros:						
Recursos de outras instituições de crédito	490.336.066		10.336.066	170.000.000	310.000.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	134.099.025		124.099.025	10.000.000	-	-

36.4 Risco de taxa de câmbio

A sociedade utiliza meios / canais de financiamento próprio onde não é necessária a aplicação de taxas de câmbio, efetuando a totalidade das suas transações em euros, pelo que não se encontra exposta ao risco de liquidação de operações cambiais.

36.5 Risco Operacional

A estratégia de gestão de riscos operacionais da sociedade encontra-se descrita no Manual de Gestão de Riscos, onde se encontram descritos os procedimentos e a metodologia aplicada ao sistema de Gestão de Riscos.

Salientamos ainda que os manuais internos de concessão de crédito, produtos financeiros oferecidos, compliance, contêm todos os procedimentos operativos e riscos a considerar nas referidas áreas.

Para certificação de todos estes procedimentos internos, cada departamento dispõe de controlos, associadas as respetivas operações, permitindo a sua validação no que concerne ao seu cumprimento. Para situações onde se detetem inconsistências, os responsáveis de área formalizam a deteção reportando a situação, formalmente, ao responsável da área de Gestão de Risco e *Quality*, para que se proceda à sua análise e posterior correção, caso venha a ser necessário.

Capital Regulamentar

O Capital regulamentar da Sociedade é calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, que define níveis mínimos para os rácios prudenciais, calculados como quociente entre os fundos próprios e os ativos de risco.

A decomposição dos Fundos próprios, Ativos de risco e Rácios de Solvabilidade da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentam-se como se segue:

CRD/CRR do regulamento (EU) n.º 575/2013	2021 Dez Euros	2020 Dez Euros
A - Fundos Próprios		
Capital realizado, Prémios de Emissão e Ações Próprias	18.001.000	18.001.000
Resultados, Reservas Legais, Estatutárias e Resultados não distribuídos	54.672.620	41.126.578
A1 - Fundos Próprios de Base excluindo ações preferenciais (Core TIER I)	72.673.620	59.127.578
Provisões elegíveis para inclusão em TIER II		
A2 - Capital Core Tier II	-	-
B - Activos de Riscos Equivalentes		
Requisitos de Fundos Próprios de Nível 1	36.484.439	20.576.735
Total de Activos de Risco Equivalentes	36.484.439	20.576.735
Posição Ponderada	603.153.022	642.514.044
C - Rácios Prudenciais		
Rácio Core TIER I	12,05%	9,20%
Total Rácio Capital	12,05%	9,20%

37. Prestação de serviço de mediação de resseguros ou de resseguros

Nos termos do artigo 4.º da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 15/2009-R, de 12 de janeiro de 2010, no que respeita aos requisitos de divulgação aplicáveis à Sociedade na sua qualidade de mediadora de seguros, cumpre prestar a informação seguidamente apresentada.

O total das remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados pela Sociedade ascendeu a Euros 2.354.962. As remunerações em questão têm a seguinte desagregação:

- Remunerações ramo "Vida": Euros 43.207
- Remunerações ramo "Não Vida": a Euros 2.311.755

Adicionalmente, relativamente, às remunerações indicadas, existe duas seguradoras, a Liberty Seguros e AXA.

No que respeita às contas a receber e a pagar, as mesmas são provenientes de empresas de seguros, e ascendem aos seguintes valores, desagregados por prémios e remunerações:

Contas a receber:

- Prémios a receber: Euros 1.488.569

Contas a pagar:

- Prémios a pagar: Euros 299

Importa ainda referir as contas a receber não se encontram vencidas à data de relato e não têm qualquer imparidade associada.

38. Factos relevantes ocorridos no exercício de 2021 e eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

Face as consequências provocadas pela pandemia da COVID-19 e pela crise na escassez de semicondutores, provocou um decréscimo nas vendas de viaturas no final de 2021. Este decréscimo de vendas irá continuar até ao início do 1º semestre do ano de 2022. A Empresa tem em curso um plano de resposta que lhe permite assegurar as fontes de financiamento necessárias para o normal desenvolvimento da sua atividade, a continuidade das suas operações e para fazer face a este decréscimo de vendas.

A situação atual na Ucrânia é avaliada pela Administração como tendo, no máximo, impactos pouco significativos no negócio em curso da MBFS Portugal. A empresa não está exposta a riscos de crédito significativos de clientes russos ou ucranianos em Portugal e o refinanciamento é assegurado através de bancos locais nacionais e internacionais da Europa Ocidental. O financiamento alternativo via Mercedes-Benz Mobility AG é já um instrumento regular decorrente da diversificação da política de financiamento aplicado.

39. Normas contabilísticas recentemente emitidas que irão entrar em vigor em períodos futuros

1. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2021

Alterações à IFRS 16: Concessões relacionadas com o COVID ao nível das rendas (Regulamento 2020/1434 da Comissão, de 9 de outubro)

Estas alterações à IFRS 16 estão relacionadas com o tratamento a ser dado às concessões de rendas concedidas aos locatários devido ao COVID-19. Estas alterações modificam os requisitos da IFRS 16 para conceder aos locatários um expediente prático para que estes não necessitem de avaliar se uma concessão de renda que ocorra como consequência direta do COVID-19 é ou não uma modificação da locação e possam tratar essa concessão de renda como não sendo uma modificação da locação. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020.

Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguros (Regulamento 2020/2097 da Comissão, de 15 de dezembro de 2020)

Atualmente, de acordo com a IFRS 4 – Contratos de Seguros, a data efetiva para aplicação da IFRS 9, após a isenção temporária, é 1 de janeiro de 2021. De forma a alinhar o prazo dessa isenção temporária com a data efetiva para a aplicação da IFRS 17 – Contratos de Seguros, após as alterações efetuadas em 25 de junho de 2020, o IASB prorrogou a aplicação da isenção de aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 até 1 de janeiro de 2023.

Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16: Reforma das taxas de juro de referência – Fase 2 (Regulamento 2021/25 da Comissão, de 13 de janeiro de 2021)

O IASB finalizou a sua resposta à reforma em curso das taxas de juro interbancárias (IBOR) e de outros referenciais de taxas de juro ao emitir um pacote de alterações às IFRS. Estas emendas têm como objetivo ajudar as entidades a providenciar aos investidores informações úteis acerca dos efeitos desta reforma nas suas demonstrações financeiras.

Estas emendas complementam as que foram emitidas em 2019 e focam-se nos efeitos nas demonstrações financeiras quando uma entidade substituiu um antigo referencial de taxa de juro por um outro referencial alternativo como resultado da reforma.

Estas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2021.

2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2022

IFRS 17: Contratos de Seguros (Regulamento 2021/2036, da Comissão, de 19 de novembro de 2021)

A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

Alterações à IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos Anuais (Regulamento 2021/1080, de 28 de junho de 2021)

Este conjunto de pequenas alterações efetuadas às IFRS serão efetivas para os períodos financeiros anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022:

- Alterações à IFRS 3: Atualização de uma referência na IFRS 3 para a Estrutura Concetual de Relato Financeiro sem alterar os requisitos de contabilização das concentrações de atividades empresariais;
- Alterações à IAS 16: Proíbe uma entidade de deduzir ao custo de um ativo fixo tangível os montantes recebidos da venda de itens produzidos enquanto a entidade se encontra a preparar o ativo para o seu uso pretendido. Em vez disso, a entidade deve reconhecer as retribuições recebidas dessas vendas e o custo relacionado nos resultados;
- Alterações à IAS 37: Especifica que custos é que uma entidade deve incluir quando avalia se um contrato é ou não um contrato oneroso;
- Melhorias anuais com pequenas alterações à IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41, e aos exemplos ilustrativos da IFRS 16.

Estas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022.

Alterações à IFRS 16: Concessões relacionadas com o COVID ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021 (Regulamento 2021/1421 da Comissão, de 30 de agosto de 2021)

Estas alterações estendem o expediente prático disponível aos locatários na contabilização das concessões de rendas relacionadas com o Covid-19 por um ano. O expediente prático atribuído pela anterior alteração à IFRS 16 emitida em maio de 2020 (e endossada pela União Europeia em 9 de outubro de 2020 pelo Regulamento 2020/1434 da Comissão), estava disponível para as reduções nos pagamentos de locação que afetassem os pagamentos que seriam originalmente devidos em ou até 30 de junho de 2021. A presente alteração vem estender esse período para 30 de junho de 2022.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021, sendo permitida a sua adoção antecipada, incluindo às demonstrações financeiras que ainda não tenham sido autorizadas para emissão até 31 de março de 2021.

3. Normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitida pelo IASB em 11set14)

Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios (emitida pelo IASB em 30jan14)

Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (emitida pelo IASB em 23jan20 e atualizada em 15jul20)

Estas alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, vêm clarificar os requisitos que uma entidade aplica para determinar se um passivo é classificado como corrente ou como não corrente. Estas alterações, em natureza, pretendem ser apenas uma redução de âmbito, clarificando os requisitos da IAS 1, e não uma modificação aos princípios subjacentes.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IAS 1 e à IFRS Practice Statement 2 (emitida pelo IASB em 12 de fevereiro de 2021)

Estas alterações à IAS 1 exigem que as entidades divulguem as informações materiais acerca das suas políticas contabilísticas em vez de divulgarem as políticas contabilísticas significativas. As emendas à IFRS Practice Statement 2 proporcionam orientações sobre como deve ser aplicado o conceito da materialidade nas divulgações sobre as políticas contabilísticas.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IAS 8: Definição de estimativas contabilísticas (emitida pelo IASB em 12 de fevereiro de 2021)

Estas alterações clarificam a forma sobre como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas. Esta distinção é importante porque as alterações nas estimativas contabilísticas são aplicadas prospetivamente apenas sobre transações e outros eventos futuros, mas as alterações nas políticas contabilísticas são, de uma forma geral, aplicadas retrospectivamente às transações e a outros eventos passados.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IAS 12: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos que resultem de uma única transação (emitida pelo IASB em 7 de maio de 2021)

A IAS 12 atribui uma isenção às entidades de reconhecerem impostos diferidos quando estes resultam do reconhecimento inicial de ativos e passivos. Contudo, existia alguma incerteza sobre se essa isenção se aplicaria a transações tais como contratos de locação e obrigações de descomissionamento em que as entidades reconhecem em simultâneo quer um ativo, quer um passivo. Esta emenda vem clarificar que a isenção do reconhecimento inicial não se aplica a estas transações em que resultam montantes iguais de diferenças tributáveis e dedutíveis que resultem do reconhecimento inicial e, assim, as entidades deverão reconhecer o imposto diferido associado a tais transações.

Aplicável os períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a sua adoção antecipada. Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

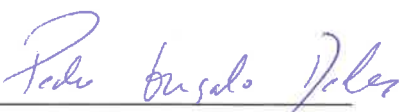
Alterações à IFRS 17: Aplicação inicial da IFRS 17 e da IFRS 9 – Informação comparativa (emitida pelo IASB em 9 de dezembro de 2021)

A IFRS 17 e a IFRS 9 têm diferentes requisitos de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar mismatches contabilísticos entre os ativos financeiros e os passivos de contratos de seguros na informação comparativa que é apresentada nas suas demonstrações financeiras quando é aplicada a IFRS 9 e a IFRS 17 pela primeira vez. Esta emenda, através da introdução de uma opção para uma apresentação da informação

comparativa à cerca dos ativos financeiros, vem ajudar as seguradoras a evitar estes mismatches contábilísticos temporários e, assim, incrementar a utilidade da informação comparativa para os investidores.

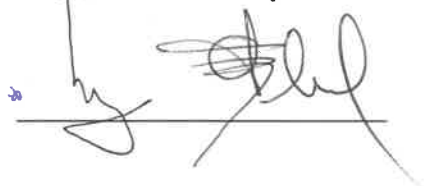
Aplicáveis aos períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, estando sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

O Contabilista Certificado



Pedro Augusto Pires

O Conselho de Administração





ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, Sociedade Financeira de Crédito, SA (adiante também designada por MBFS ou Empresa), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 650 200 952 euros e um total de capital próprio de 82 656 313 euros, incluindo um resultado líquido de 9 982 693 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, Sociedade Financeira de Crédito, SA em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa

- da Empresa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
 - (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

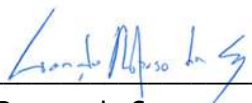
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 24 de março de 2022



Gonçalo Raposo da Cruz,
(ROC nº 1189, inscrito na CMVM sob o nº 20160800)
em representação de
BDO & Associados - SROC